

Recém-aprovado, Plano Nacional de Educação traz otimismo e dúvida

Plano estabelece metas educacionais ambiciosas para os próximos dez anos e diz que 10% do PIB irá para o ensino, mas não especifica como a conta será dividida entre União, estados e municípios nem explicita a fonte dos recursos que garantirão o alcance desse percentual

Ricardo Westin

OS ADOLESCENTES BRASILEIROS são um fiasco na escola. Na última edição do Pisa (exame que mede o conhecimento de alunos de 15 e 16 anos), o Brasil ocupou o 59º lugar em ciências, o 58º em matemática e o 55º em leitura, entre 65 países. Dos adultos, segundo o IBGE, em torno de 9% não sabem ler nem escrever. Há estados onde o índice passa dos 20%. A título de comparação, o analfabetismo na Argentina e no Chile fica na casa dos 2%. No ranking mundial de universidades elaborado pela consultoria britânica QS, só uma brasileira (a Universidade de São Paulo) figura entre as 200 melhores, ante seis da Coreia do Sul e cinco da ilha de Hong Kong.

Entre tantos números ruins, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) surge como uma esperança. Trata-se de uma lei com 20 metas concretas que terão de ser atingidas ao cabo de uma década, até 2024. O trabalho precisa ser dividido entre o governo federal, os estados e os municípios.

O PNE mexe em toda a educação nacional, da creche à pós-graduação, e chega a afetar até a rede privada. Sendo seguido à risca, 25% dos alunos das escolas públicas terão aulas em tempo integral (durante dois turnos), 50% das crianças de 3 anos frequentarão a creche, 50% dos professores da educação básica serão pós-graduados e 100% dos adultos estarão alfabetizados, para citar apenas alguns exemplos.

Fatia do PIB

O PNE (Lei 13.005/2014) foi assinado pela presidente Dilma Rousseff em junho. Poucas leis foram tão intensamente discutidas. O governo ouviu as sugestões da sociedade, elaborou o anteprojeto e, no final de 2010, o remeteu ao Congresso Nacional. Os senadores e os deputados passaram mais de três anos debatendo nas comissões, ouvindo especialistas em audiências públicas, fazendo negociações e propondo mudanças no projeto de lei.

De maneira geral, o PNE agradou aos ativistas da educação. O ponto mais festejado do plano decenal é o que prevê que o governo federal, os estados e os municípios terão de aplicar juntos em educação,

anualmente, 10% do produto interno bruto (PIB) a partir de 2024. Hoje, são 5,3% — ou 6,4%, se forem incluídos os aportes oficiais ao ensino privado. Para evitar que os governantes adiem essa providência e deixem tudo a cargo dos mandatários de 2024, o PNE prevê uma meta intermediária, de 7% do PIB, a ser atingida em 2019.

— Debate-se muito se o problema da educação pública é falta de dinheiro ou má gestão. É claro que existem problemas graves de gestão, mas também é verdade que os recursos financeiros são insuficientes. Os

10% do PIB são a meta decisiva do PNE. É ela que permitirá o cumprimento de todas as outras 19 metas — explica o consultor legislativo do Senado José Edmar de Queiroz.

Bônus para professor

O plano também tem o apoio de Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (rede de 200 instituições de defesa da educação). Ele, no entanto, vê duas falhas. A primeira é a estratégia (cada meta é sustentada por uma lista de estratégias) que estimula prefeitos e governa-

dores a dar bônus em dinheiro aos professores das escolas que obtiverem nota alta no Ideb (indicador oficial da qualidade do ensino). Para ele, isso apenas estimula os educadores a pedir transferência das escolas ruins para as boas.

A segunda falha apontada por Cara é a estratégia que admite que os dispêndios do governo com entidades privadas sejam contabilizados nos 10% do PIB. É o caso dos programas federais que custeiam estudantes de universidades particulares, como o Fies (financiamento bancário) e o

ProUni (bolsas de estudo).

— É uma contradição. A educação pública não pode ser confundida com a educação privada. Os 10% do PIB deveriam ser aplicados exclusivamente no setor público, que é o que realmente precisa de dinheiro — argumenta ele.

Ao PNE, porém, faltou um dispositivo importante: o que estabeleceria como a meta do PIB seria repartida entre o governo federal, os estados e os municípios. Atualmente, a fatia grande (80%) é bancada pelos governadores e prefeitos. A União custeia o pedaço menor (20%). Diz o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), um dos relatores do projeto do PNE:

— Agora é preciso buscar a regulamentação [da meta de 10% do PIB]. De qualquer forma, já está claro que o esforço maior terá de ser feito pela União.

Também foram relatores da proposta no Senado José Pimentel (PT-CE) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O que o PNE se propõe a mudar

Veja abaixo algumas das 20 metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação e a situação atual dos indicadores

O que o plano prevê	Como é hoje
Educação básica	
<ul style="list-style-type: none"> Até 2016, ter 100% das crianças de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola 	<ul style="list-style-type: none"> 82,2% das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas na pré-escola
<ul style="list-style-type: none"> Até 2024, ter pelo menos 50% das crianças de até 3 anos matriculadas em creches 	<ul style="list-style-type: none"> 23,5% das crianças de até 3 anos estão na creche
<ul style="list-style-type: none"> Até 2024, ter 100% das crianças de 6 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental de nove anos 	<ul style="list-style-type: none"> 93,8% das crianças dessa faixa etária estão matriculadas no ensino fundamental de nove anos
<ul style="list-style-type: none"> Até 2024, ter 85% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos matriculados no ensino médio 	<ul style="list-style-type: none"> 54,4% dos jovens dessa faixa etária estão no ensino médio
Analfabetismo	
<ul style="list-style-type: none"> Até 2024, acabar com o analfabetismo absoluto (100% da população com 15 anos ou mais alfabetizada) e reduzir à metade a taxa de analfabetismo funcional* 	<ul style="list-style-type: none"> 8,7% dos brasileiros com 15 anos ou mais são analfabetos e 27% são analfabetos funcionais
Universidades	
<ul style="list-style-type: none"> Até 2024, elevar para 33% o índice de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior, tanto público quanto privado 	<ul style="list-style-type: none"> 15,4% dos jovens dessa faixa etária estão no ensino superior
Dinheiro	
<ul style="list-style-type: none"> Elevar os gastos com educação pública para 7% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024 	<ul style="list-style-type: none"> O poder público investe 5,3% do PIB em educação
Cursos técnicos	
<ul style="list-style-type: none"> Até 2024, triplicar as matrículas nas escolas técnico-profissionalizantes de nível médio 	<ul style="list-style-type: none"> O Brasil tem 1,4 milhão de matrículas nas escolas técnicas públicas e privadas
Professores	
<ul style="list-style-type: none"> Até 2024, ter 100% dos professores da educação básica com diploma em curso de licenciatura em sua área de atuação 	<ul style="list-style-type: none"> 78,1% dos professores têm diploma na área de atuação
<ul style="list-style-type: none"> Até 2024, ter 50% dos professores da educação básica com curso de pós-graduação 	<ul style="list-style-type: none"> 29% dos professores têm pós-graduação
<ul style="list-style-type: none"> Até 2020, equiparar o salário médio dos professores da educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, como advogados e dentistas 	<ul style="list-style-type: none"> O rendimento médio do professor equivale a 51,7% do salário dos demais profissionais

* o analfabeto funcional frequentou a escola e aprendeu a ler e escrever, mas não consegue entender aquilo que lê

Fontes: Plano Nacional de Educação e movimento Todos pela Educação

Punição

Da mesma forma, o senador Cristovam Buarque (PTB-DF) faz críticas. Ele crê que o PNE será inexecutável se não for explicitada a fonte do dinheiro que permitirá aos investimentos chegar aos almejados 10%: — O governo vai parar de fazer estradas? Vai acabar com a isenção de impostos para a compra de automóveis? Vai suspender a publicidade oficial? Vai criar um imposto? Vai emitir bônus do Tesouro? Os deputados e senadores não quiseram tocar nisso porque mexeriam com interesses.

O PNE anterior expirou em 2010 e a maioria das metas não foi cumprida, como a erradicação do analfabetismo — essa meta teve de ser repetida no novo plano. Para evitar que o PNE atual vire letra morta, advertem especialistas em educação, é necessário haver punições para os governantes que falharem. O PNE não traz penas, mas insta o Congresso a aprovar até 2015 uma Lei de Responsabilidade Educacional — esta, sim, prevendo punições para os maus gestores públicos.

Saiba mais

Lei que estabelece o Plano Nacional de Educação
<http://bit.ly/Lei13005>

Avaliação de todas as 20 metas pelo Observatório do PNE
www.observatoriodopne.org.br

Estudo da Consultoria Legislativa do Senado sobre o projeto do PNE
<http://bit.ly/estudoPNE>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania